



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GAB. DES. ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS

**A C Ó R D ã O**

**APELAÇÃO CÍVEL** nº 0000188-15.2013.815.0981

**RELATOR** : Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

**APELANTE** : Laura Cottard Geistosa

**ADVOGADA** : Rachel Franca Falcão Batista Dantas

**APELADO** : Colégio Menino Jesus

**ADVOGADO** : Márcio Maciel Bandeira

**REMETENTE** : Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Queimadas

**CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO –**

Apelação cível - Mandado de segurança – Exame supletivo – Inscrição negada – Exigência legal de idade mínima de dezoito anos – Art. 38, § 1º, II, da Lei nº 9.394/96 – Irrazoabilidade - Aprovação em vestibular – Capacidade intelectual comprovada – Acesso à educação segundo a capacidade de cada um – Garantia constitucional (art. 208, V, CF) – Inscrição assegurada - Precedentes do STJ e desta Corte de Justiça - Reforma da sentença - Provimento.

- Embora a Lei nº 9.394/96 apenas permita acesso ao exame supletivo ao estudante maior de 18 (dezoito) anos, certo é que, com supedâneo nos princípios constitucionais que norteiam o direito à educação, dito óbice deve ser afastado.

– O inciso V do art. 208 da Constituição Federal preceitua que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, segundo a capacidade de cada um.

**VISTOS**, relatados e discutidos estes autos acima identificados,

**A C O R D A M**, em Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça, por votação uníssona, dar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator e da súmula de julgamento de folha retro.

## **RELATÓRIO**

Trata-se de apelação cível, interposta por **LAURA COTTARD GEISTOSA**, em face do **COLÉGIO MENINO JESUS**, inconformada com os termos da sentença de fls. 88/96, prolatada pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Queimadas que, nos autos do mandado de segurança com pedido liminar, impetrado pela apelante, denegou a segurança requerida, a qual visava, em vista de aprovação no curso de Engenharia Civil, na Faculdade Maurício de Nassau, a concessão da segurança, para realização de provas do Supletivo do Ensino Médio, a fim de conseguir o Certificado de Conclusão do Ensino Médio.

Às fls. 73/76, fora deferida a medida liminar requerida.

Nas razões do apelo, a apelante aduz que, apesar do certificado ter sido emitido pela ré, ante à feitura da prova de supletivo no tempo disponibilizado, o magistrado sentenciante não observou que a educação é direito de todos e dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, nos termo do que prevê a Constituição Federal. Com isso, requer a reforma do julgado, para confirmar a liminar deferida e conceder a segurança perseguida.

Contrarrazões às fls. 115/117, requerendo a manutenção da sentença guerreada.

Instada a se pronunciar, a douta Procuradoria de Justiça emitiu parecer no sentido de dar provimento ao recurso de apelação (fls. 127/133).

É o relatório.

## **VOTO**

Aprioristicamente, faz-se mister observar que, embora exista previsão legal exigindo a idade mínima de 18 (dezoito) anos, conforme previsto no art. 38 da Lei nº 9.394/96, para obtenção da certificação

pretendida, em obediência ao princípio da razoabilidade, essa regra pode ser relativizada.

É que o abrandamento do citado pressuposto legal tem amparo, sobretudo, na Constituição Federal, que consagra em seu art. 205 que “*A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*”, agregada ao disposto no art. 208, V, quando estabelece ser capacidade intelectual do indivíduo, e não a idade, o parâmetro de acesso aos níveis mais elevados de ensino, senão vejamos:

*“Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:  
V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”*  
(grifei).

Endossa o direito da impetrante, outrossim, os princípios que buscam conferir a máxima efetividade às normas constitucionais, entre os quais, de logo, destaco os da proporcionalidade ou razoabilidade, extremamente úteis, na situação de colisão de valores, como no feito em apreço.

Dito regramento surge como elemento norteador, orientando a conduta que melhor atenda à finalidade da lei e aos interesses públicos de acordo com a conveniência e a oportunidade, núcleo do ato a que se visa tomar.

“In casu”, calha mencionar a doutrina de **KARL LARENZ**<sup>1</sup>, esclarecendo:

*“utilizado, de ordinário, para aferir as restrições de direitos – muito embora possa aplicar-se também, para dizer do equilíbrio na concessão de poderes, privilégios ou benefícios –, o princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade, em essência, consubstancia uma pauta da natureza axiológica que emana diretamente das ideias de justiça, equidade, bom senso, prudência, moderação, justa medida, proibição de excesso, direito justo e valores afins; precede e condiciona a positividade jurídica, inclusive de âmbito constitucional; e, ainda, enquanto princípio geral de direito, serve de regra de interpretação para todo o ordenamento jurídico”.*

Também tem assento nessa discussão, a interpretação teológica, na medida em que busca suplantar a lógica formal e se

---

<sup>1</sup>Metodologia da Ciência do Direito, 1989, pgs. 585-586; Derecho Justo, p. 144-145.

dirigir a sua intenção para o bem jurídico resguardado pela norma, dito de outro modo, para o desiderato que procura atingir.

Bem se sabe o arsenal de medidas protetivas direcionadas aos infantes, seja pelo art. 227, do texto constitucional, culminado com a eclosão do Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo dispositivo inaugural estabelece o amparo integral, quiçá o Código Civil, ao considerá-los, em tese, absolutamente incapazes para a prática de atos na vida civil. Decerto, o art. 38, da Lei nº 9.394/96, regulamentadora das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, possivelmente preocupou-se com a tutela desses menores. Porém, supõe-se que, mencionado espírito protecionista tem lugar, em tese, quando, máxime os adolescentes, necessitam resguardar essa garantia. Todavia, na hipótese telada, não se mostra viável que venha a prejudicar a autora, como se faz ao negá-la o direito de realizar a prova do supletivo para obter a certificação de conclusão de segundo grau, uma vez que ela deu prova plena de discernimento e capacidade, conquanto aprovada em prova de vestibular, para curso de nível superior, em instituição educacional de nível superior.

Outro não é o entendimento deste Sodalício:

*REMESSA OFICIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. VESTIBULAR. APROVAÇÃO. EXAME SUPLETIVO. MATRÍCULA VISANDO AO FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO. NEGATIVA. IDADE MÍNIMA NÃO ATINGIDA. IRRELEVÂNCIA. LIMINAR CONCEDIDA NA INSTÂNCIA PRIMEVA. DIREITO À EDUCAÇÃO. ART. 205 C/C ART. 208, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. OBSERVÂNCIA. LIQUIDEZ E CERTEZA. EXISTÊNCIA. SENTENÇA CONCESSIVA. MANUTENÇÃO DO DECISUM. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO TRIBUNAL. SÚMULA Nº 253/STJ. SEGUIMENTO NEGADO. CPC, ART. 557, CAPUT. - Nos termos do art. 205, da Lei Fundamental, ¿A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.¿ - A pretensão da autora tem amparo, igualmente, na Constituição Federal, a qual consagra, em seu art. 208, V, para o acesso aos níveis mais elevados de ensino, a capacidade intelectual do indivíduo. - Nada obstante a menoridade da postulante, imperiosa a manutenção da deliberação concessiva na instância de origem, para fins de obtenção do certificado de conclusão do ensino médio, a fim de ser efetivada matrícula em curso de nível superior, ante a aprovação no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio. - Nos termos da Súmula n.*

253, do Colendo Superior Tribunal de Justiça, o art. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00004558520148152004, - Não possui -, Relator DES JOAO ALVES DA SILVA , j. em 04-11-2014).

E,

DIREITO À EDUCAÇÃO APROVAÇÃO EM VESTIBULAR. NOTAS DO ENEM. MENOR DE DEZOITO ANOS. CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO. NÃO CONCESSÃO POR GERÊNCIA EXECUTIVA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PROCEDÊNCIA . IRRESIGNAÇÃO DO ESTADO, VIA APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. SENTENÇA EM CONSONÂNCIA COM O ENTEDIMENTO PÁTRIO. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA RECURSAL, SENÃO CONTRARIEDADE COM A JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. *Estamos em terreno de um direito de envergadura constitucional, tal qual como se encontra no art. 208, V, de nossa Lex Mater, que estabelece, categoricamente, que a educação será efetivada mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. Com efeito, ao garantir o ingresso ao nível superior de acordo com a capacidade do indivíduo, a Lei Maior afasta a incidência de qualquer requisito temporal disposto em regramento hierarquicamente inferior.* (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00079190920138152001, - Não possui -, Relator DES. JOSE AURELIO DA CRUZ , j. em 04-12-2014).

Mais ainda,

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CURSO SUPERIOR. APROVAÇÃO NO ENEM. FORNECIMENTO DE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO. POSSIBILIDADE. MAIORIDADE. REQUISITO ATINGIDO. CAPACIDADE PLENA PARA PRATICAR QUALQUER ATO DA VIDA CIVIL. DISPOSIÇÃO INFRALEGAL QUE É DESARRAZOADA E TOTALMENTE DESPROPORCIONAL. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DESPROVIMENTO . STF: "Assim, impedir o ingresso do impetrante no ensino superior, tendo obtido aprovação em concurso vestibular, com fundamento, apenas, em limite de idade estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, fere o Princípio Constitucional da Igualdade, cujo conteúdo, em termos gerais, é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida da sua desigualdade./I (RE

346624, Relator:- Min. Carlos Britto, julgado em 16/09/2004, publicado em DJ 22/10/2004 PP- 00065.) - Restando devidamente demonstrada a necessidade da obtenção do certificado de conclusão, por ter sido o autor/agravado aprovado no ENEM, bem como, que já fora atingida a maioria, exigida para os atos da vida civil, deve ser mantida a decisão agravada, que determinou o fornecimento do certificado de conclusão do Ensino Médio. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 02006633120138152001, 2ª Seção Especializada Cível, Relator JUIZ CONVOCADO JOAO BATISTA BARBOSA, j. em 03-02-2014).

Por fim,

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - Agravo de instrumento - Ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada - Emissão de certificado de conclusão do ensino médio com base no Exame Nacional do Ensino Médio - Indeferimento - Presença dos requisitos legais - Irresignação - Aprovação em vestibular - Capacidade intelectual - Acesso à educação segundo a capacidade de cada um - Garantia constitucional - Reforma da decisão ; Provimento. - Embora a Portaria nº144/2012 do INEP, que dispõe sobre certificação de conclusão do ensino médio ou declaração parcial de proficiência com base no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), exija que o estudante possua 18 (dezoito) anos completos, certo é que, com supedâneo nos princípios constitucionais que norteiam o direito à educação, dito óbice deve ser afastado. - O inciso V do art. 208 da Constituição Federal preceitua que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos teiS mais elevados do ensino, segundo a capacidade de cada um. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 020071612201381520, 2ª Seção Especializada Cível, Relator des Abraham Lincoln da Cunha Ramos, j. em 08-07-2014).

Sendo assim, em razão da pretensão autoral referir-se à necessidade de realização de exames supletivos, para obtenção do certificado de conclusão do ensino médio, diante das pontuações alcançadas pela demandante, as quais permitiram aprovação em curso de nível superior, e do alto rendimento atingido, nada obstante a menoridade, imperiosa a reforma da decisão proferida na instância de origem.

Por todo o exposto, **DÁ-SE PROVIMENTO** à apelação cível, para conceder a segurança, confirmando a liminar concedida às fls. 73/76, para que a autoridade coatora proceda com a inscrição da impetrante no exame supletivo.

Sem custas processuais, bem como honorários advocatícios, nos termos do art. 25 da Lei nº 12.016/2009 c/c Súmulas 512 do STF e 105 do STJ.

É como voto.

Presidiu a sessão o Exmo. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos. Participaram do julgamento, o Exmo. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos, o Exmo. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho e o Exmo. Dr. Tércio Chaves de Moura, juiz convocado em substituição a Exma. Desa. Maria das Neves do Egito de Araújo Duda Ferreira.

Presente ao julgamento, a Exma. Dra. Lúcia de Fátima Maia de Farias, Procuradora de Justiça.

Sala de Sessões da Segunda Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, 28 de julho de 2016.

*Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos*  
*Relator*